

ONU debate direitos humanos

Genebra — A Comissão de Direitos Humanos da ONU, o grande foro anual que aborda as violações à dignidade e às liberdades dos indivíduos no mundo, abre hoje sua 52ª sessão em Genebra.

Entre 60 e 70 países serão objeto de discussões, aos quais devem-se acrescentar temas como racismo, terrorismo, tortura e pobreza.

Cuba, Colômbia, China, Chechênia, Burundi, Nigéria, Zaire, Afeganistão, Ruanda, Irã e Iugoslávia estarão no centro dos debates da comissão, que reunirá durante seis semanas representantes de 53 governos e de militantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Custos — Reforçada pela crise financeira da ONU, a dúvida instalou-se na comissão sobre seu custoso modo de funcionamento e sobre sua eficácia para melhorar concretamente o destino das populações.

A comissão carece de poder real, já que suas atribuições se limitam a pedir investigações, adotar recomendações e elaborar instrumentos mais ou menos respeitados.

Além disso, vários países questionam um debate que, em suas opiniões, reflete os prejuízos e estereótipos dos ocidentais.

Foco — Está previsto um dia especial para o Burundi, onde acontece um "genocídio a conta-gotas", de acordo com as palavras do relator especial da comissão. Também se examinará a evolução no Irã, para onde um relator especial da comissão foi autorizado a viajar este ano pela primeira vez desde 1991.

Vários Estados também desejam a condenação da Nigéria devido à recente execução do escritor Ken Saro-Wiwa e outros oito opositores.

A Anistia Internacional já anunciou que dirige sua luta de

forma prioritária à China, Colômbia — onde afirma que 2.500 pessoas foram assassinadas no ano passado por motivos políticos —, Indonésia, Timor Oriental, Nigéria e Turquia.

Mudanças — O alto comissário para os Direitos Humanos da ONU, o equatoriano José Ayala Lasso, instou a comissão a abandonar seu "ritual" anual de adoção de dezenas de resoluções (93 no ano passado) que não servem concretamente para nada.

Ayala Lasso estimou que reformar é muito mais necessário, já que a crise financeira da ONU obriga a comissão a economizar. O custo da simples elaboração dos documentos preparatórios é estimado em US\$ 7 milhões.

O atual presidente da comissão, Musa Bin Hitam (Malásia), estimou que os debates tendem cada vez mais a um "confronto de civilizações", que opõe "o Ocidente ao resto do mundo".